

A tática do avestruz

Oficialmente calculado em 34,4 bilhões de cruzados, ou algo em torno de seis bilhões de dólares, o **deficit** de caixa do Tesouro passa agora à posição de importante complicador para o desate do impasse econômico nacional. Eleita como última trincheira para bloquear o assalto dos fatores hiperinflacionários, a política de juros altos, desde junho em torno de 50 por cento reais ao ano, operou verdadeira hemorragia nas finanças públicas, agora visível por inteiro nos números aterradores relativos ao deságio do Tesouro.

Para cobrir diariamente o rombo, o Governo promove ações semelhantes a uma bola de neve em descida incontrolável pelas encostas geladas, cada vez maior e mais ameaçadora. Trata-se da colocação de títulos da dívida pública no mercado financeiro, em valores sucessivamente mais altos, ou da emissão de papel-moeda em percentual superior ao das taxas inflacionárias.

Se, por um lado, a política financeira em curso, fundada no desvio das poupanças para o mercado financeiro, consegue neutralizar grande parte das pressões sobre a demanda, de outro aprofunda as distorções estruturais da economia. Paga-se um preço altíssimo para evitar a hiperinflação, não obstante o incremento de preços já ultrapassa os 40 por cento mensais. É evidente a impossibilidade de sustentar, a longo prazo, essa espécie de tática do avestruz, sugerida pela disposição de enfiar o pescoço da inflação na areia e deixar o corpo da economia exposto a

toda sorte de intempéries.

Quem quer que chegue à Presidência da República em função do voto majoritário de 17 de dezembro estará compelido, à força da periclitante conjuntura, a promover rápidas e profundas mudanças na política econômico-financeira. Não apenas será necessário imobilizar os agentes inflacionários de atuação periférica, como a especulação diuturnamente praticada sob a forma de antecipação nos preços atuais da inflação futura, mas também desmobilizar os fatores estruturais de desorganização do sistema como um todo.

Portanto, a normalização econômica depende tanto de ações capazes de zerar o **deficit** de caixa do Tesouro, umbilicalmente ligado à dívida interna, quanto de reformas radicais na conduta do Estado e no funcionamento do setor privado. É nessa perspectiva que se inserem o afastamento da função estatal dos espaços reservados à iniciativa particular, por meio de um programa ousado de privatização, o descarte de um verdadeiro exército de funcionários ociosos e rígida austeridade nos gastos públicos. A reordenação do sistema econômico só será abrangente e eficaz se, ao mesmo tempo, eliminar os privilégios de reserva o mercado, o subsídios à custa do contribuinte e outras vantagens que pervertem completamente os princípios da economia de mercado. De outro modo, não será dada consequência alguma ao voto mudancista depositado nas urnas de 15 de novembro.